

PARTE III

A TEORIA E A PRÁTICA

Pois **sem** o povo trabalhador são impotentes todos os gêneros de bombas. (Lenin)

EM QUE CONSISTE O TÃO FALADO PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA?

Hoje todo mundo concorda que o proletariado é a classe mais revolucionária da sociedade, à qual cabe a liderança na luta das demais classes oprimidas e exploradas. Como todo o mundo é “marxista-leninista”, paga este tributo teórico à causa, mas...

Geralmente há um “mas” no fim da definição. Não nos referimos aqui aos malabarismos “teóricos” do velho PCB, cuja “prática” bastou para desmoralizar qualquer justificativa por escrito. Se olharmos a nova esquerda, saída das rebeliões internas do PCB e do movimento estudantil, veremos igualmente que a “hegemonia do proletariado” toma as formas mais diversas e duvidosas.

Para a cisão “chinesa”, o PCdoB (que, dito de passagem, encara a Revolução Brasileira como burguesa-democrática e continua a propagar “frentes de unidade patrióticas”), a hegemonia da classe operária é ideológica e se manifesta através da liderança do partido revolucionário (concretamente, do PCdoB). A revolução, que se realiza mediante a guerra popular, vai do campo para a cidade e sua força motriz principal são os camponeses brasileiros. Não é preciso um conhecimento particularmente aprofundado para saber que o PCdoB decalca o modelo da revolução chinesa para o cenário nacional. Raul Villa já tratou extensamente da esterilidade teórica e prática

dessa corrente, mas para não pensar que as coisas tenham mudado no meio-tempo, basta ler o último documento do PCdoB, divulgado pela Agência Sinjua, no qual se reafirma que: a) a Revolução Brasileira tem um caráter nacional e democrático; b) a questão camponesa é o problema-chave da Revolução Brasileira; e c) portanto, as cidades não podem ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro.

Assim mesmo, nem o PCdoB pode ignorar a existência de um proletariado industrial no Brasil. O papel que lhe atribui, entretanto, na luta prática, é puramente auxiliar:

Não obstante, isso não significa que as grandes cidades não tenham um importante papel a desempenhar. Nos centros urbanos se encontram três (?)^{*} milhões de operários e uma grande camada da pequena burguesia, os quais, junto com os camponeses e assalariados agrícolas, constituem as forças motrizes da revolução. (Retraduzido do espanhol — E.M.)

É evidente que não tem nenhum papel de liderança para o proletariado neste “modelo” de revolução. As grandes cidades têm “importante papel”, mas não são o **cenário principal**. E se a “questão camponesa” é o problema-chave da revolução, o papel do proletariado se reduz, na prática, ao de um simples aliado, no **mesmo nível** da “grande camada da pequena burguesia” — nas melhores tradições do populismo prestista. Não é por acaso a ausência prática do PCdoB nas lutas operárias contra a ditadura. Estava ausente nas greves de Minas como também na de Osasco. E onde poderia ter estado presente, como na Guanabara em 1968, sabotou a greve dos metalúrgicos da mesma maneira e dentro da mesma linha do velho PCB.

^{*} Interrogação de Érico Sachs no texto original.

Pela concepção teórica que essa corrente tem da Revolução Brasileira e pela sua prática política diária, a “hegemonia do proletariado” do PCdoB não passa de um princípio abstrato, de um tributo obrigatório que se paga aos clássicos do marxismo, mas não tem consequência prática alguma.

No extremo oposto da escala das organizações da nova esquerda brasileira encontramos os grupos e agrupamentos, que surgiram direta ou indiretamente sob o impacto do “debrayismo” adaptado às suas necessidades imediatas. Para tais correntes, independente das divergências que as separam entre si, o partido não pode desempenhar o papel “chinês”, de representante ideológico do proletariado junto ao “povo”, pois negam de antemão o papel do partido político do proletariado nas lutas de classe, substituindo-o, em nome da “luta armada”, por uma vanguarda militar, geralmente por “Comandos Político-Militares”.

Com essa liquidação das concepções leninistas de luta, negam automaticamente o papel do proletariado no processo revolucionário, pois é justamente por intermédio da formação do partido político revolucionário que o proletariado se constitui como classe independente na sociedade burguesa e se torna capaz de liderar as demais classes e camadas de classe na luta comum.

Tomando o agrupamento que, embora já não seja o mais importante, também influiu decisivamente no sentido ideológico para a formação de grupos análogos, o de Marighella, vemos que o papel da classe operária é tão pouco definido como o foi no caso anterior, do PCdoB. Não encontramos as fórmulas simplistas da “revolução do campo para a cidade (...)”, mas “a cidade é a zona de luta complementar”, “a zona rural é a estratégica” e a cidade “a zona tática”. Trata-se evidentemente de uma variante da “guerra popular”, mas com uma diferença: o papel do camponês é tão pouco definido como o do operário na luta atual. O vácuo é preenchido pela classe média: “ela constitui atualmente uma das forças mais combativas”.

Veremos em seguida que esse “atualmente” não é tão transitório como poderia parecer e que a classe média “combativa” serve de base para a elaboração de toda uma estratégia. Para compreender melhor o fenômeno, lemos em “Operações e táticas de guerrilhas” (retraduzido do espanhol):

Os revolucionários não podem atingir seus objetivos a não ser com o apoio das classes capazes de lutar para a conquista do poder. No Brasil, em consequência de condições históricas e do fato da motivação patriótica, essas classes são o proletariado, os camponeses e a classe média. Graças aos seus interesses e a sua posição, seja em relação ao socialismo, seja em relação à libertação nacional, essas classes se opõem aos grandes capitalistas e latifundiários e são inimigos do imperialismo norte-americano. O proletariado é a única classe cujo interesse imediato é o socialismo, mas todas as classes que se opõem às classes dominantes e ao imperialismo são unidas pelo seu interesse pela libertação nacional.

Trata-se de um documento escrito em linguagem “marxista” herdada do PCB. Também no velho partido é obrigatório respeitar a hierarquia “teórica” de proletariado, camponeses e classe média, sem que isso implicasse as consequências práticas que a formulação poderia sugerir. Também no velho PCB se falava da classe média, ignorando as suas contradições internas, procurando um denominador comum entre ela e o proletariado, mas que sempre sacrificava os interesses do proletariado aos da classe média. No presente caso, o proletariado é a única classe cujo interesse “imediato” é o socialismo, mas o objetivo é a “libertação nacional”.

O grupo de Marighella foi um dos últimos a fazer a profissão de fé da luta pela revolução socialista. E o fez em seguida ao Manifesto de Guevara e sob pressão das próprias bases, des-

contentes com a não definição que perdurou por muito tempo. Mas o que a profissão de fé significa na luta prática, mostra o citado documento (e todos os demais), é que o socialismo é subordinado a uma pretensa “libertação nacional”. Dizemos pretensa porque trata-se da ficção de poder libertar o país **sem romper o sistema capitalista**, sem uma revolução socialista. E essa, justamente, é a ficção própria da classe média, da pequena burguesia. E essa ficção perdura quando e enquanto o proletariado não está sendo preparado, ideológica e organizativamente, para se colocar à testa do processo revolucionário. Essa autolimitação se manifesta igualmente no declarado objetivo da Revolução Brasileira, que consistiria na formação de um “Governo Popular Revolucionário” e igualmente nos diversos “programas de unidade”, que não ultrapassam o terreno de uma revolução democrático-burguesa. Mas trata-se de uma revolução democrático-burguesa sem nenhum traço de hegemonia proletária na luta.

Encontramos o tema e a formulação com as mais diversas variações. A ex-Colina, que mais tarde integrou a VAR, colocou-se no mesmo ponto de vista quando defendeu que “a classe média tinha de abrir as portas para a luta proletária”. Na prática, essa linha não deve ter dado certo, pois não foi por puro acaso que na greve industrial de Minas não foi possível mobilizar os estudantes para ações de apoio e de solidariedade, e que entre as poucas fábricas que não entraram em greve estavam justamente aquelas “sob controle” da Colina.

No seio das dissidências estudantis do Rio de Janeiro e de São Paulo, as quais posteriormente se juntaram a Marighella, uma das piores acusações lançadas contra inimigos internos e externos era ser “insurrecionalista”, que era tido como sinônimo de “revisionista” ou “reformista” e dirigido contra aqueles que viam no levante do proletariado urbano o auge do processo revolucionário. Esses companheiros que ficaram sinceramente surpresos quando descobriram que os leninistas tinham sido “insurrecionalistas”, não tinham deixado em nenhum mo-

mento das suas atividades políticas de pagar o seu tributo ao papel do “proletariado na Revolução Brasileira”.

É evidente que, por baixo de uma fina capa de “marxismo-leninismo” e por trás das profissões de fé de revolução socialista, se abrigam as concepções mais diversas de luta de classe. E do mesmo modo como — nas palavras de Marx — não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos julgar as correntes dessa nova esquerda pelas suas profissões de fé.

Entre essas concepções mais diversas há de tudo, menos uma concepção proletária de luta de classes e da revolução. O proletariado entra aqui “em termos”, como princípio e álibi. Na melhor das hipóteses, a guerrilha, o “exército popular” ou de “libertação nacional”, age em seu nome, toma o poder em seu nome e, pelos planos militares preestabelecidos, exercerá o poder em seu nome.

Essas concepções antimaterialistas e irracionais de luta de classes e da revolução têm evidentemente as suas causas e origens sociais. Não só que se alimentam na luta diária na pequena burguesia radical, como as “concepções teóricas” igualmente refletem uma origem social. Mas a irracionalidade pequeno-burguesa não para aqui. Ela encontra a sua continuidade lógica na “estratégia e tática”, independentemente da fraseologia marxista, sob a qual pretende se esconder.

A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

Tomemos o documento de fundação da VAR, em 1968. Começa dizendo que o espectro da luta armada ronda a América Latina. E que os fuzis nas mãos dos explorados e oprimidos estão ameaçando jogar por terra seu domínio secular.

É de supor que o documento explicasse melhor por que chegou o momento da luta armada. Mas nada disso acontece.

Depois de constatar que o capitalismo nasceu do feudalismo e se transformou posteriormente em imperialismo, e de prestar o seu tributo à revolução socialista e à hegemonia do proletariado, chega à conclusão de que o único caminho é “um longo processo de luta armada, que levará atrás de si massas crescentes e resolutas até a tomada do poder”. A forma de luta armada é a guerra de guerrilha.

O documento não coloca nem a luta armada, nem a sua forma específica dentro do contexto da luta de classes no Brasil. Para a VAR, a guerrilha é a luta de classes, é a revolução. A luta armada existe independente de qualquer consideração de conjuntura e é uma consequência do fato de o capitalismo ter se transformado em imperialismo.

Marighella, por sua vez, apelou para a “guerra revolucionária”. Declarou essa guerra formalmente em circulares “aos homens das classes dominantes”, nas quais se anuncia a instalação de um “Imposto Compulsório Revolucionário”. Sua concepção de guerra revolucionária, ou luta de guerrilha, era mais complexa do que as expostas no documento da VAR. Dividiu a guerra revolucionária em três fases: a da guerrilha urbana, a da rural e a do Exército Revolucionário de Libertação Nacional, sendo que a primeira fase era tida como premissa do surgimento das seguintes. Marighella, todavia, só “teorizou” a **posteriori** uma prática imposta pelas circunstâncias. Institucionalizou a guerrilha urbana depois de uma série de tentativas frustradas de guerrilha no campo e, ele como todos os outros grupos semelhantes, se especializou na atividade “preparatória” da segunda fase rural. De resto, a concepção sobre luta armada e guerrilha é idêntica à da VAR.

Em 1968, Marighella chegou à conclusão que:

A primeira fase da guerrilha revolucionária está em vias de se completar, o que não significa, de maneira alguma, diminuir o **ritmo** da guerrilha urbana, e da guerra psico-

lógica. (...) A segunda fase da guerrilha revolucionária é a guerrilha rural. E não surge por casualidade. É fruto de tudo quanto se preparou e realizou anteriormente dentro da lei básica da guerra e segundo o plano estratégico e tático global estabelecido de antemão. E é através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional, o único que tem capacidade para aniquilar as forças militares dos gorilas. (“Sobre a guerrilha rural”)

Em que se baseia esse plano estratégico geral? Em alguma experiência viva de luta de classes na América Latina? Marighella explica:

O princípio básico da estratégia revolucionária nas condições de uma crise política permanente é desencadear tanto na cidade como no campo um tal volume de ações revolucionárias que o inimigo se vê obrigado a transformar a situação política em uma situação militar. Então, o descontentamento alcançará todas as camadas e os militares serão responsáveis absolutos por todos os abusos. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Não se pode afirmar que se trate de uma estratégia elaborada à base de experiência das lutas de classe no continente, ou à base de uma análise das relações de classes da sociedade brasileira, a qual procuramos em vão nos documentos — a não ser que se queira tomar como análise a simples constatação de que o povo está oprimido e descontente. Trata-se de uma **estratégia** construída à base de premissas subjetivas. Da premissa de ser a ação do revolucionário que cria a situação revolucionária. Com isso, depois de ter liquidado o conceito do partido revolucionário do proletariado como instrumento de formação da classe independente, Marighella abandona um segundo princípio básico do marxismo-leninismo.

Tanto para Marx como para Lenin, os revolucionários não **criam** as situações revolucionárias e não **fazem** as revoluções. Esse conhecimento foi uma das premissas para o socialismo se tornar científico. Os revolucionários só podem aproveitar as situações revolucionárias que a própria sociedade produz, na medida em que aprendem a discernir as leis sociais que regem a vida da sociedade e transformar essas situações em revolução, na medida em que souberem mobilizar e dirigir a classe revolucionária para preencher o seu papel. Pois revolução significa a substituição do domínio de uma **classe** por outra **classe**.

Toda a atividade militante, tanto de Marx como de Lenin, estava marcada pela defesa e aplicação desse conhecimento. Marx, no fim da sua primeira experiência revolucionária de 1848, foi obrigado a enfrentar a facção Willich-Schapper na Liga dos Comunistas, porque essa queria continuar as insurreições a todo custo. Mostrou ele como a situação revolucionária tinha sido provocada pela crise econômica e como a superação dessa crise impedia naquele momento um recrudescimento do movimento revolucionário, que tinha sofrido derrotas militares. A situação mudara e os revolucionários tinham de se adaptar às condições criadas para poder preparar o proletariado para enfrentar melhor as novas situações revolucionárias, que surgiriam inevitavelmente, porque é a própria sociedade que se encarrega de produzi-las. Mas os revolucionários certamente não preencheriam seu papel se insistissem em bater com a cabeça contra a parede. O mesmo problema, em outros termos, Marx enfrentou ainda quase no fim da vida, nas lutas com os adeptos de Bakunin, cujos conceitos subjetivos de revolução tinham contribuído para a dissolução da Primeira Internacional.

Lenin começou a sua atividade marxista com a luta contra os *Narodniks*, os populistas russos, conservadores das tradições da conjura e do terrorismo como armas principais de libertação do povo. E terminou a vida debatendo-se com tendências voluntaristas dentro da própria Internacional Comunista, onde

facções e partidos inteiros não queriam se conformar com o fato de a primeira onda da revolução mundial ter passado. E insistiu na mudança das táticas, adequando-as a uma situação não revolucionária, porque se não se preparar o proletariado durante as fases de relativa estabilidade do capitalismo, não se será capaz também de aproveitar a próxima situação revolucionária.

Um dos aspectos fundamentais da estratégia e tática do marxismo-leninismo é justamente levar em conta a conjuntura revolucionária na elaboração das linhas políticas. E é justamente essa experiência que os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, com a colaboração direta de Lenin, procuraram sistematizar em escala mundial.

A situação do Brasil em 1968 de maneira nenhuma pode ser considerada como revolucionária. Ao contrário, o país saiu da crise econômica cíclica. Tanto em 1968 como em 1969, a expansão foi ao redor de 9% ao ano. A crise política existente, que levou ao segundo golpe militar de dezembro de 1968, deve-se ao fato de as Forças Armadas precisarem convencer parte da classe dominante da necessidade de continuar a ditadura (e isso implicou o seu reforço), apesar do alívio da crise econômica e da retomada da expansão. A oposição burguesa encontrou respaldo na classe média, desiludida com a ditadura. De outro lado, havia um ascenso do movimento da classe operária, que, encorajada pela expansão econômica e pela absorção do desemprego industrial dos últimos anos, começou a reagir contra o rebaixamento do nível de vida que sofrera. O campo estava quieto ainda, sem nenhum indício de que o movimento nas cidades já o tivesse atingido. Tudo isso forneceu um terreno propício para a retomada da luta em um nível de consciência mais alto do que antes de 1964. Mas estávamos longe de poder colocar em xeque o sistema social.

Apesar disso, Marighella **declarou** a guerra revolucionária na cidade e no campo. O resultado foi um confronto direto entre parte da esquerda clandestina e o aparelho de repressão;

confronto que se deu absolutamente sem a participação das massas, nem sequer em termos de um apoio protetor — e o resultado dessa luta desigual nas cidades foi o sacrifício da imensa maioria dos quadros que constituía o “movimento armado”.

Até aqui, nós citamos Marighella como expoente de toda a corrente da luta armada, apesar do fracionamento existente. Embora ele tenha se preocupado mais do que qualquer outro em fundamentar teoricamente a sua posição — fundamentação que frequentemente não foi aceita pelos demais —, a **prática** de todos os grupos da chamada guerrilha urbana foi a mesma. Mas agora temos o direito de perguntar por que justamente Marighella, com seus trinta anos de responsabilidades de liderança no Partido Comunista Brasileiro — e não Lamarca, que vem de um setor completamente diferente —, tomou essa atitude, a qual não podia ignorar que se chocava frontalmente com toda a experiência e ensinamento leninistas. É verdade que, pouco antes do seu assassinato pela polícia paulista, em uma entrevista concedida a Conrad Detrez, na revista *Front*, declarou não ser mais marxista-leninista “ortodoxo”. Mas até onde existe aqui um marxismo-leninismo “não ortodoxo”?

Parece ter sido a concepção fundamental e contraditória, que teve da revolução brasileira, o que melhor explica os equívocos de Marighella. Embora não aceitasse os esquemas e modelos dos nossos “chineses” ortodoxos — esse caminho lhe parecia problemático demais para o Brasil, onde o campesinato tem outras características —, acreditou que a revolução poderia se movimentar do campo para a cidade. A solução, acreditou ele ter encontrado no precedente cubano e assim tomou elementos emprestados das duas revoluções para a formação do seu “plano estratégico”. O fato é que não aceitou o “foco catalisador” de Che Guevara e se decidiu pelo “Exército de Libertação”. Mas não é toda síntese que é dialética.

O exemplo chinês era importante para o plano dele, porque foi justamente na China onde a conjuntura revolucionária e

os altos e baixos nas lutas de classes não tiveram o mesmo peso como nos países industrializados e nunca chegaram a provocar uma interrupção na luta armada, uma vez desencadeada. Em primeiro lugar, porque na China e principalmente no interior do país o capitalismo era pouco desenvolvido e rudimentar, de maneira que o ciclo econômico pouco influía. Em segundo lugar, a própria revolução tinha se tornado agrária. E, terceiro, mas nem por isso menos importante, porque os comunistas chineses tinham podido estabelecer “regiões libertadas”, com administração e governo próprios, e podiam, portanto, aguardar em posições fortificadas o recrudescimento da conjuntura revolucionária no país.

Esta perspectiva não se dá para a revolução brasileira, embora hoje se fale muito também sobre um “Vietnã” no Brasil. Esquece-se, todavia, que os camponeses sul-vietnamitas podiam lutar esse tempo todo, porque tinham um *hinterland* no Norte e, atrás do Norte, tinham a China e a Rússia para aguentar a guerra prolongada. Na América Latina, por enquanto, somente a reação poderia contar com semelhante apoio material para uma luta prolongada em termos de regiões geográficas. E Marighella sabia disso e o disse claramente:

Em nenhum momento a guerrilha brasileira deve defender áreas, territórios, regiões, ou qualquer base ou posição fixa. Se atuássemos assim, permitiríamos ao inimigo concentrar suas forças em campanhas de cerco e aniquilamento contra posições conhecidas e vulneráveis. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Esta já é uma experiência da Revolução Cubana. Uma outra conclusão que, todavia, Marighella não quis tirar é que a guerra revolucionária em Cuba, a guerrilha, foi iniciada em um momento de grave crise econômica (e social) em que um entre quatro cubanos estava desempregado e em que Cuba não con-

seguia vender a maior parte da sua colheita de açúcar, a espinha dorsal da sua economia.

A mesma incongruência se manifesta nas funções que Marighella atribui à guerrilha rural. Para ele, é um núcleo do Exército de Libertação. Na prática, isso significa que, como na China, a revolução vai do campo para a cidade, que é tomada e libertada. Ele deixa isso claro:

Somente quando as forças armadas da reação já estiverem destruídas e a máquina do Estado militar burguês não puder mais atuar contra as massas, é que deve ser decretada a greve geral na cidade em combinação com a luta guerrilheira, para ser vitoriosa. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Aqui temos uma interpretação um pouco unilateral da experiência cubana. Quando a guerrilha desceu da serra, as forças armadas de Batista não estavam destruídas ainda, apesar de todas as derrotas que sofreram. Ainda perfaziam 15 vezes, pelo menos, o número de guerrilheiros em armas. A máquina do Estado militar burguês, todavia, não pôde agir mais contra as massas, porque estas estavam em greve geral insurrecional vitoriosa, o que permitiu à guerrilha entrar em Havana sem dar um tiro. Foi a combinação desses dois fatores — o da guerrilha, que possibilitou a greve nas cidades, e a vitória dessa greve, que permitiu à guerrilha penetrar nas cidades — que representou o traço fundamental da Revolução Cubana. Mas em Cuba não houve “Exército de Libertação Nacional”. A guerrilha foi o **catalisador** de um processo revolucionário, “um pequeno motor que punha em movimento um grande motor”, como disse Fidel. E os dois motores se movimentaram na mesma direção.

Como surgirá então o Exército de Libertação Nacional no Brasil? Da mesma maneira como na Revolução Chinesa? Esse caminho Marighella já tinha eliminado parcialmente,

quando negou a possibilidade de regiões libertadas. Ele, porém, é mais claro ainda sobre a situação do nosso campo:

Não é provável que das lutas reivindicatórias (dos camponeses) surjam guerrilhas rurais no sentido estratégico. Os camponeses brasileiros têm consciência política limitada e a tradição das suas lutas não vai além do misticismo ou do banditismo, sendo ainda recente e limitada sua experiência de luta de classes sob a direção do proletariado. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Se estes são os fatos que predominam no campo, e nós concordamos que essa é a realidade, como se formará então o Exército de Libertação Nacional, a arma estratégica da revolução? Com os quadros estudantis e de ex-estudantes, vindos das cidades? Isso é uma atitude tão idealista como a de lançar esses quadros em um confronto armado com o aparelho de repressão das cidades. Já que Marighella teve a lucidez de ver que o movimento camponês surgiu sob o impacto do proletariado da cidade, suas conclusões deviam ser diferentes.

A população do campo, trabalhadores assalariados, meeiros, posseiros e pequenos camponeses, só vai se movimentar, organizar e intervir nas lutas de classe em escala nacional, em torno de um movimento proletário nas cidades, em torno de uma classe operária que defenda os interesses elementares dos seus aliados no campo e os ensine a lutar, dando o exemplo da própria luta. Por isso, no presente momento e por algum tempo, o “problema-chave” não é a “questão camponesa” e, sim, a situação do proletariado, sem o qual não resolveremos o problema do campo; e a “zona estratégica” é a cidade, onde essa classe operária tem de ser formada e mobilizada.

E, por isso, a guerrilha só pode desempenhar no Brasil um papel semelhante ao que desempenhou em Cuba, isto é, de catalisador de um processo revolucionário, cuja principal for-

ça motriz é o proletariado industrial. Todavia, preencherá essa função somente dentro da conjuntura revolucionária. No Brasil, no presente momento, não existe situação revolucionária ou mesmo pré-revolucionária que lhe permitisse desempenhar esse papel. O sacrifício, nos últimos dois anos, dos recursos materiais das esquerdas na chamada guerrilha urbana reduz atualmente mesmo as chances de sobrevivência de um foco guerrilheiro, independentemente do seu desempenho político.

“LUTA ARMADA” COMO NOVA VERSÃO DA “AÇÃO DIRETA”

Estreitamente ligado à concepção de Marighella de “guerra revolucionária”, contínua e independente da conjuntura econômica e política da sociedade capitalista, é o seu conceito de “luta armada”. Em “O papel da ação revolucionária na organização” ele explica o que vê de novo na sua estratégia e tática:

Nas atuais condições do Brasil existem entre os revolucionários duas concepções distintas de trabalho de massa e de relações com o povo. Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e, através dessa atividade, buscam ganhar as massas para a revolução.

A ditadura militar, em troca, não admite a luta reivindicatória e lança contra ela decretos proibitivos, leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente e, portanto, não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua.

As organizações que restringem suas atividades ao trabalho de massas através da luta reivindicatória e com vistas a sua transformação em luta política terminam reduzidas à impotência frente à superioridade armada do inimigo.

A outra concepção, acerca do trabalho de massas e das relações com o povo, é o das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada e tem como fim enfrentar a ditadura através de um poder de fogo mesmo pequeno, mas manejado pelos revolucionários e pelos movimentos de massas.

Ao redor desse poder de fogo, que surge do nada e que vai crescendo pouco a pouco, a massa se aglutina, constrói a sua unidade e marcha até a tomada do poder.

Se na primeira parte da citação Marighella explica por que nas condições brasileiras acha impossível (?) realizar o trabalho de agitação, propaganda e organização no seio da classe operária, o qual é o “pão de cada dia” do revolucionário marxista, na segunda resume o seu conceito de luta de classes nas novas circunstâncias: é o “poder de fogo” dos revolucionários, o qual “surge do nada”, mas que “vai crescendo pouco a pouco” e em torno do qual “a massa se aglutina” até tomar o poder.

Esse conceito de “luta armada” revelou dois pontos capitais fracos. Em primeiro lugar, apesar das reiteradas afirmações de se tratar de uma nova “concepção acerca do trabalho de massas” e que “as massas se aglutinam” em torno desse “potencial de fogo”, não há lugar para as “massas” nesta forma de luta, travada por grupos herméticos que pensam **substituir** a ação das massas, que a ditadura militar “não admite”.

Em segundo lugar, e isso a experiência de dois anos mostrou para quem não soube aproveitar as lições da história, a massa, longe de se aglutinar em torno do “potencial de fogo”, se retraiu, caiu na passividade, e a “Vanguarda político-militar”, apesar da auréola romântica que conseguiu criar em muitas camadas, está hoje mais isolada do que no início da sua ação. É precisamente a falta de ligação com as massas de trabalhadores e sua falta de atividade política que fez, após as primeiras ondas de euforia, com que os grupos armados hoje,

em vez de aumentarem o seu “poder de fogo”, não pudessem nem substituir as perdas que sofreram nesta luta desigual.

Dissemos que este aspecto da questão era novo para aqueles que não souberam aprender com a história das lutas de classes. Pois aquilo que Marighella e os demais grupos apresentaram como algo de “novo” nas condições brasileiras, a “luta armada”, não passa de um rótulo novo para um conteúdo antigo, apresentado como “ação direta” pelos anarquistas ou de “terror estimulante” pelos populistas russos.

Que se trata de uma tática terrorista, Marighella não nega. Na mesma obra, já citada assinala:

Sendo nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura), os que afluem a nossa organização não vêm enganados e, sim, atraídos pela violência que nos caracteriza.

Novo, na experiência brasileira, só era o fato de apresentar essa tática como “marxista-leninista”, de querer reduzir a concepção de revolução armada e violenta a táticas terroristas. Desta maneira, o “dever de cada revolucionário é fazer a revolução”, levado às últimas consequências, nos leva de volta aos tempos de Max Stirner.

Para o marxismo e para o leninismo, **luta armada** sempre foi e continua sendo **luta de classes armada** e não a obra de grupos ou indivíduos, por mais heroicos que se possam revelar. Luta armada significa armar uma classe ou uma facção de classe, mas significa, em todo caso, armar massas de oprimidos.

Marx deixou claro isso em todas as revoluções europeias a que assistiu e especialmente em relação às táticas bakuninistas e blanquistas. Lenin defendeu e fomentou a guerrilha urbana na Revolução Russa de 1905. Mas se tratou de uma situação revolucionária e a guerrilha urbana servia para prepa-

rar o levante do proletariado de São Petersburgo e de Moscou. O que ele entendia por guerrilha urbana era a ação de pequenos grupos de operários armados que saíram das fábricas para dizimar e desmoralizar as forças da repressão.

A luta armada, em termos marxistas, sempre foi e continua sendo inseparável da estratégia geral da revolução, que pode ser desenvolvida levando em conta os fatores materiais da luta de classe, as conjunturas, altas e baixas, do desenvolvimento da sociedade. Isso diz respeito igualmente à forma peculiar de luta armada, o foco guerrilheiro. Isolado do contexto geral da luta de classes, tende a substituir o movimento de massas, em vez de catalisá-lo, e dez anos de experiências latino-americanas assim o demonstram. O fato de nós sabermos que a revolução é um ato violento e que se realiza por intermédio de uma luta armada não quer dizer que ser revolucionário é ter atividade de violência e viver com a arma na mão. Querer que os quadros “sejam atraídos pela violência que nos caracteriza” é regredir para uma atitude anarquista primária, é não ter aprendido nada do marxismo-leninismo e ter esquecido o pouco que sabia.

Traduzido isto para a situação atual do Brasil, significa que não há luta armada no país e não há situação que a justifique do ponto de vista da luta proletária. O que há é a tentativa de substituir a luta de classes por ações armadas de grupos isolados das massas. E seu isolamento das massas é o preço da sua sobrevivência como grupos armados.

Combater a ficção da “luta armada” e reduzi-la às suas verdadeiras proporções de tática terrorista não significa aderir a uma “linha pacífica”, como procuram fazer crer os apologistas da dita tática. No Brasil de hoje o uso da arma na luta diária se impõe e se justifica permanentemente frente à repressão. Mais de uma vez se deram libertações de presos políticos de arma na mão. Expropriações são um recurso legítimo de uma organização clandestina, principalmente depois do Ato 5. Igualmente não se discute a validade de sequestros, quando realizados em

termos políticos. Isso tudo, entretanto, não passa de atos defensivos de um movimento clandestino frente à repressão e só tem sentido como ações complementares de uma política militante no seio das massas trabalhadoras, e não como substituto dessa.

A expropriação é uma questão de relações de forças e de segurança da organização ilegal. Nenhuma organização com uma linha proletária atuante vai se lançar em atos de expropriação, quando estes impedem e desorganizam o trabalho operário e a forçam a um duelo com a máquina de repressão. O diabo não se cutuca com vara curta. Quando, todavia, a expropriação se torna praticamente a única atividade de grupos inteiros e esse é o caso na maioria deles, de fato se torna **tática** e se torna **tática terrorista**. Quando centenas de jovens são lançados nessa atividade, como sendo a atividade revolucionária, eles próprios começam a acreditar que estão expropriando a burguesia, como caminho da revolução. Quando essa atividade é divulgada, procura-se dar essa crença ao “povo”: “Fizemos dos assaltos a bancos uma modalidade popular da ação revolucionária”, diz Marighella em “As perspectivas da revolução brasileira”.

O resultado foi que durante dois anos a grande maioria dos grupos “dispersos e isolados entre si” se lançou a torto e a direito em expropriações de bancos, independentemente de saber se podiam ou não usar esse dinheiro e também dos caminhos incontroláveis que esses recursos tomaram. Resultado também foi que a grande maioria dos pequenos grupos sucumbiu no confronto e os maiores não escaparam à sangria. Grande parte dos reagrupamentos havidos nos últimos dois anos na nova esquerda foi produto da destruição de grupos inteiros, cujos restos se reuniam sob novo rótulo. Foi esse o caso da Colina, cujos militantes sobreviventes em liberdade tiveram de abandonar Belo Horizonte e que, fundindo-se com a antiga VPR, que tinha sofrido perdas semelhantes, fundaram a VAR. Ambas as organizações tinham perdido as suas bases operárias, arrastadas pelas quedas dos seus aparelhos militares.

Destino semelhante tinha sofrido uma das organizações mais enraizadas no proletariado de Minas, a “Corrente”. Tendo uma posição dúbia — trabalhava com a Política Operária nas fábricas, porque Marighella não tinha orientação para o trabalho operário e colaborava com Marighella no setor militar, porque a Política Operária “subestimava a luta armada” —, toda a organização foi arrastada pelas aventuras armadas. Um fim parecido estava reservado ao PCBR na Guanabara, quando a direção e a espinha dorsal da organização caiu, após a formação de um “Comando Político-Militar” por uma oposição interna. E na própria ALN, de Marighella, as bases operárias que o tinham acompanhado na cisão ficaram em pleno abandono porque não cabiam no esquema de “luta armada” e procuraram outras organizações para uma orientação do trabalho no seio da classe operária.

Não é de admirar que as massas não se tenham “aglutinado”. A classe média não aderiu. Na pequena burguesia, sempre dividida, a maioria conservadora não tinha muita compreensão para as táticas terroristas que contrariavam seus instintos de propriedade e de segurança. A parte esquerdizante e radicalizada da pequena burguesia mostrou simpatia e mesmo entusiasmo, no sentido de que, finalmente, **alguém** estava fazendo alguma coisa, mas as suas atividades se limitaram a computar os casos de expropriações e, frente ao terror policial crescente, essa camada recuou.

Reação semelhante, e com os mesmos resultados, atingiu grande parte da classe operária, a oposição natural mais pronunciada contra o regime. Entretanto a parte mais consciente do proletariado, aquela que se empenha em organizar a classe e tem consciência dos problemas de luta, não pode dar-se por satisfeita. Para ela não há lugar nesse duelo entre “grupos armados” e repressão, a não ser que se separem da classe e se integrem aos grupos militares. Além disso, viram como, nos últimos dois anos, se perderam sistematicamente os seus quadros em virtude

da “luta armada” e se perdeu o apoio de organizações inteiras que, bem ou mal, sustentavam as atividades nas fábricas.

Não foi sem motivos que a massa não se “aglutinou”. E os quadros dessa “luta armada” já o sentem. Este sentimento se manifestou nas declarações de alguns dos quarenta presos trocados pelo embaixador alemão, quando da sua chegada à Argélia. Carlos Minc Baumfeld declarou ao *Der Spiegel* que a guerra contra a ditadura mais brutal da América Latina será prolongada, de dez a vinte anos. E isso, “não só por causa da superioridade do inimigo”, mas antes de tudo porque as massas do povo brasileiro se encontram “num nível muito baixo de consciência política”. Responsáveis por essa situação, segundo o ex-sargento Darci Rodrigues, são em parte as próprias esquerdas, “que se preocuparam demasiadamente pouco com a consciência das massas”.

E a luta será mais prolongada ainda, se as vanguardas marxistas não abandonarem sua posição duvidosa frente à “luta armada” e se decidirem conseqüentemente por uma linha de luta proletária. Os desvios e as aventuras têm de ser desmascarados e combatidos, e esse é o único caminho para a alternativa revolucionária se impor no Brasil. Silêncio é cívica, hoje, como foi antes de 1964, quando combatemos o oportunismo de direita responsável pelas derrotas da classe operária. Devemos a clareza de nossas posições a respeito desse assunto aos inúmeros quadros operários conscientes dos problemas da sua classe e da Revolução Brasileira; eles estão esperando orientação em escala nacional. Eles, com um heroísmo anônimo, esses anos todos, ficaram nos seus postos – nas condições mais adversas — e levaram à frente, com os recursos que tinham à disposição, a obra revolucionária, e não deixaram que a flama se extinguísse. Eles não nutriram as ilusões imediatistas da esquerda “armada” e não tinham as satisfações duvidosas das ações espetaculares que repercutiram na imprensa burguesa. Mas sabiam e continuam sabendo que não só não se liberta um povo de noventa milhões com “ações es-

petaculares”, como também não se transforma uma sociedade dessa maneira. Estes são os fiadores da futura revolução socialista e proletária do Brasil.

E MAIS UMA VEZ LENIN

Se nós, para encerrar este capítulo, evocamos mais uma vez Lenin, não o fazemos para forçar paralelos históricos. Os paralelos se impõem, todavia, através da história das lutas de classes da época moderna, na medida em que sucessivos países são absorvidos pela evolução do capitalismo, criando as várias classes que constituem a sociedade burguesa. E estas classes, em condições de estrutura social semelhante, desenvolvem frequentemente reações ideológicas semelhantes. Isso se dá também em relação a uma classe criada pela sociedade burguesa, a qual, falando francês, português, russo ou espanhol, parece traduzir as mesmas ideias de uma língua para outra, embora insista cada vez mais em estar fazendo uma contribuição nova e original para a solução dos problemas dos seus países. Trata-se da pequena burguesia da sociedade capitalista, também chamada de classe média pelos anglo-saxões, mais pragmáticos. Trata-se do berço da maioria das ideologias dominantes, desde os preconceitos da vida diária até as “ciências sociais” das universidades burguesas. É da pequena burguesia que surgem os ideólogos que dizem ao capitalismo nacional o que fazer para proteger seus interesses autóctones e que dizem ao proletariado o que fazer para proteger os seus “interesses” socialistas. Às vezes são os mesmos ideólogos que se encarregam das duas tarefas. E quanto menos desenvolvido o movimento operário, e quanto mais baixo o nível de sua fusão com o marxismo, mais alta é a voz dos ideólogos da classe média.

Por isso parece que nós — e não somente nós — estamos agora na fase das doenças infantis, pelas quais outros povos passaram antes de nós. Em todo caso não se pode negar que

nós estamos debatendo alguns dos problemas fundamentais e de princípio do socialismo proletário que Lenin já enfrentou em 1902.

Lembre-mos que os nossos terroristas fazem questão de reafirmar em todos os seus documentos que a chamada “luta armada” não está em contradição com o trabalho de massas, que, ao contrário, é hoje a única maneira de “aglomerar” massas etc. Marighella pretende apresentar uma tática nova quando diz, em “O papel da ação revolucionária na Organização”:

De acordo com esse ponto de vista, o movimento de massas não terá condições de subsistir se não estiver escudado no próprio poder de fogo dos revolucionários. Nossa organização é seguidora dessa concepção revolucionária e por isso não pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.

Fato é que os socialistas-revolucionários russos apresentaram argumentos análogos para defender a mesma posição. Não dispomos dos documentos originais deles, mas Lenin deixa pouca dúvida a respeito quando verifica, em “Aventureirismo revolucionário”:

Os socialistas-revolucionários ao defender o terror, cuja inutilidade tem sido demonstrada pela experiência do movimento revolucionário russo, declaram que admitem o terror unicamente ligado ao trabalho de massas e que, por isso, não os afetam os argumentos com que os social-democratas russos refutavam (e têm refutado extensamente) a conveniência deste método de luta (...).

Não repetiremos os erros dos terroristas, não nos distrairemos do trabalho entre as massas — asseguram os socialistas-revolucionários; porém, ao mesmo tempo, recomendam zelosamente ao Partido atos como o

assassinato de Sipiaguin por Balmáshev, ainda que todo o mundo saiba e veja muito bem que este ato não teve — nem poderia ter, pela forma como foi realizado — nenhuma relação com as massas e que aqueles que o cometeram não confiavam nem contavam com nenhum apoio ou ação concreta da multidão. Os socialistas revolucionários não percebem, ingenuamente, que sua inclinação para o terror está unida por mais estreitas relações causais ao fato de ter-se encontrado desde o primeiro momento, e de seguir encontrando-se, à margem do movimento operário, sem tratar sequer de se converter no partido de uma classe revolucionária que sustente sua luta de classe.

E se Marighella afirma que a ditadura militar “não admite a luta reivindicativa” e lança contra ela “sobretudo uma potência de fogo crescente e, portanto, não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua”, que, portanto, o seu caminho é de “violência, do radicalismo e do terrorismo, as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura (...)”, o que distingue ele de um socialista-revolucionário do início do século? Citando Lenin:

Contra a multidão, a autocracia tem os soldados; contra as organizações revolucionárias, a polícia secreta e não secreta; porém o que poderá salvá-la de indivíduos isolados ou de pequenos círculos, que se preparam constantemente para o ataque, inclusive conservando secretas relações entre si e que atacam? Nenhuma força ajudará contra a imunidade à captura. Portanto, nossa tarefa é clara: afastar todo verdugo autoritário da autocracia pelo único meio que a autocracia nos deixou: a morte.

Mesmo a receita da “dispersão das forças” é recomendada também por Marighella, que, no apelo “Ao povo brasi-

leiro”, aconselha atacar por todos os lados com muitos grupos armados e de pequenos efetivos “compartimentados uns dos outros e sem elos de ligação”. E essa falta de imaginação dos adeptos da “ação direta” através das décadas de luta de classe tem como consequências problemas que se repetem no seio de classes operárias jovens:

Exortar ao terror, à organização de atentados contra os ministros por pessoas isoladas e círculos desconhecidos entre si, num momento em que os revolucionários **carecem** de forças e meios **suficientes** para dirigir as massas, que já se põem de pé, significa implicitamente não só interromper o trabalho entre as massas como desorganizá-lo de maneira direta (...) os duelos, justamente porque não passam de **duelos** dos Balmáshev, causam somente uma impressão efêmera de momento e levam afinal inclusive à apatia, à espera passiva do **duelo** seguinte. (Gri-fos de Lenin. — Idem)

E que não se diga que no Brasil a situação é diferente porque na “nossa” prática terrorista a ênfase é dada a “pequenos grupos” e não à ação isolada de indivíduos. Os pequenos grupos, “compartimentados uns dos outros” e cada um travando a sua própria “luta armada”, agem da mesma maneira descoordenada como os indivíduos agiram e são tão isolados do movimento de massas como os indivíduos o eram.

E para não deixar dúvidas sobre a posição de princípio de Lenin a respeito do problema, queremos deixar aqui algumas das suas conclusões:

A social-democracia estará sempre em guarda contra o aventureirismo e denunciará implacavelmente as ilusões que terminam de maneira inevitável no mais completo desengano. Devemos ter presentes que um partido revo-

lucionário é digno deste nome unicamente quando dirige **de verdade** o movimento de uma classe revolucionária. Devemos ter presente que todo movimento popular adquire formas infinitamente diversas, elabora sem cessar novas formas e abandona as velhas, criando variações ou novas combinações das formas velhas e novas. É o nosso dever participar de maneira ativa neste processo de elaboração de métodos e meios de luta.

Sem negar em princípio, de maneira alguma, nem a violência nem o terror, exigimos que se trabalhasse na preparação de formas de violência que previssem e assegurassem a participação direta das massas. Não fechamos os olhos ante a dificuldade desta tarefa, porém trabalharemos com firmeza e tenacidade para cumpri-la, sem que nos turvem as objeções de se tratar de “um futuro longínquo e impreciso”. Sim, senhores, somos partidários também das futuras formas do movimento, e não somente das passadas. Preferimos o longo e difícil trabalho que tem futuro e não a “fácil” repetição do que já foi condenado pelo passado.

E O QUE FAZER?

“Mas — ouvimos objetar os amigos bem-intencionados —, qual é a vossa alternativa de luta armada? Afinal, a luta armada já se tornou um fato consumado no Brasil de hoje”.

Não estamos tão convictos que essa forma de “luta armada” já se tenha tornado “fato consumado” no sentido de uma instituição nas lutas de classe do país. Trata-se de um movimento que tem as suas origens sociais e há condições objetivas que o favorecem — como o declínio do movimento de massas, depois de 1968. Mas por isso mesmo representa também uma “onda” que está sujeita a se esgotar. As reservas dos grupos armados

ainda vivem do afluxo de quadros que o movimento de massas anterior a 1968 criou, mas, como já vimos, foram forçados a desistir do trabalho político entre as massas, e a condição do seu aperfeiçoamento e de sua segurança dependem do seu isolamento conspirativo. Acontece, todavia, que as perdas são inevitáveis no confronto com o aparelho de repressão e o fato de não haver, da parte deles, o mínimo de trabalho de massas necessário — com uma constante triagem de quadros — para substituir as perdas põe limites físicos a esse modo de “ação direta”. Esse fenômeno já está bem sensível nas condições brasileiras.

Em segundo lugar, há os resultados concretos. Quando, após todos os sacrifícios e o heroísmo individual e coletivo dos militantes que se dedicam a esse gênero de combate à ditadura, se descobre que tudo isso não abalou e não abala a máquina repressiva, nem a administrativa, nem o ritmo de expansão econômica, então chega um momento de desilusão política. Quando se descobre que para a ditadura a ação dos grupos armados é uma ocasião propícia de eliminar boa parte do potencial em quadros revolucionários do país e que esse gênero de “luta armada” tem o efeito de alfinetadas contra o elefante, o animal enfurece-se, mas não deixa de ser elefante vivo — então chega a hora desses militantes perguntarem se não se está pagando um preço alto demais para essa experiência. Quando, finalmente, se descobre que, após cada golpe bem-sucedido, a massa, depois da euforia inicial, volta a ser o que era antes, mas não se “aglomera”, chega a hora de perguntar se os meios atingiram os fins. E a pergunta será colocada. E quanto mais cedo, menos doloroso será o desfecho.

Qual é a nossa alternativa de “luta armada”? É armar massas, é armar classes.

Já salientamos que para nós o auge da luta armada é a insurreição dos trabalhadores como ato físico da revolução. E a nossa “estratégia de luta armada” é prepará-la politicamente e militarmente, como na guerra de guerrilhas, quando as condições o possibilitam. Mas, por isso, não limitamos o uso de armas à in-

surreição e à guerrilha. Quando necessário, uma reunião armada é um ato de defesa natural contra um inimigo que atira – mas ainda não é “luta armada”. Uma demonstração de rua armada igualmente ainda não é “tática de luta armada”, embora possa se transformar nisso.* Há uma questão de critério na atuação do revolucionário e esse vai guiá-lo para evitar “cutucar o diabo com vara curta”. Queremos somente lembrar que tais formas de proteção e de defesa já estavam presentes na vida política no país. Mesmo depois do AI-5, nossos companheiros realizaram comícios na entrada da Volkswagen, em São Paulo, com cobertura armada, para possibilitar a fuga dos operários e uma retirada, em caso de chegada da polícia. Sabemos também que nesse, como em casos anteriores, se agiu com meios insuficientes, mas a experiência indica o caminho do futuro.

Antes de tudo, porém, queremos deixar claro que “luta armada” não é, para nós, nenhum fetiche para substituir a luta de classes. Para nós a guerra continua sendo “a continuação da política com outros meios”. E o problema é criar as condições políticas para poder passar para o estágio da luta armada, para poder armar a classe.

Quando falamos em criar as condições políticas, referimo-nos às condições que uma vanguarda revolucionária **pode** criar, isto é, formar e organizar a classe operária, e a sua luta armada será a continuação lógica da sua luta política consciente contra o regime. E o próprio regime se encarregará de preparar o terreno para isso.

Dar consciência de classe ao proletariado não se consegue indo às fábricas para convidar os operários a aderir à “luta armada”. Isso, na melhor das hipóteses, se consegue com um ou outro operário, desligando-o da classe. Organizar o pro-

* A frase “Uma demonstração de rua armada...” na versão em alemão consta como “*Eine bewaffnete Strassendemonstration*” e quer dizer “Uma manifestação armada de rua”. [Nota dos editores].

letariado, tampouco, se consegue querendo transformar toda greve em luta armada. Com isso só se consegue dificultar gratuitamente as greves. Formar e organizar o proletariado só se consegue mediante um trabalho político, de conscientização, de agitação e propaganda, de lutas diárias e de lutas parciais contra o regime.

E por isso insistimos de novo: é a formação dessa classe operária, ou pelo menos dos seus setores decisivos, que repercute na classe toda, a premissa que cria as condições de luta armada. A mobilização do proletariado repercutirá em toda a sociedade brasileira e modificará as relações de forças na luta de classes. Não só preparará ela mesma como exército de guerra civil e representará o polo nacional para a organização das massas camponesas, como se fará sentir nas próprias forças armadas, em escala muito maior do que em 1964.

Mas, nesse processo, nós temos um papel ativo a preencher e esse não consiste em travar uma luta armada mirim e querer provocar uma miniguerra civil, **esperando** que as massas se “aglomerem”. Para ganhar as massas proletárias é preciso trabalhá-las, conscientizá-las e ensiná-las a lutar.

Afinal, como diz a canção que foi cantada justamente porque ia ao encontro das aspirações das massas:

“Esperar não é saber
quem sabe faz a hora
não espera acontecer”.